

**O FASCISMO É UM “MEME”?
O TOSCO ENQUANTO *PERFORMANCE* POLÍTICA
NA ERA DIGITAL¹**

**IS FASCISM A “MEME”?
THE CRUDE AS POLITICAL *PERFORMANCE*
IN THE DIGITAL AGE**

Acauam Oliveira²

Resumo: O presente artigo busca analisar alguns aspectos do chamado “bolsonarismo”, sobretudo no que diz respeito a certos traços peculiares de sua *performance*, marcada pelo caráter aparentemente tosco e precário, e, não obstante, profundamente violento. Acreditamos que alguns dos conceitos atualmente mobilizados para a compreensão do fenômeno – tais como “fascismo” – são, ainda que funcionais, insuficientes para dar conta do seu aspecto de novidade, marcado entre outras coisas por uma relação estrutural profunda com a linguagem das redes sociais. Se, em relação às suas práticas autoritárias, de viés militarista, as atitudes do presidente se aproximam de forma inequívoca de modelos autoritários anteriores, é na atualidade de sua *performance* que podemos compreender o apelo contemporâneo de seus posicionamentos.

Palavras-chave: bolsonarismo, redes sociais, tosco brasileiro.

Abstract: This article seeks to analyze some aspects of the so-called Bolsonarism, especially with regard to peculiar aspects of its performance, marked by its apparently crude and precarious character and, however, deeply violent. The hypothesis is that some of the concepts used to understand the phenomenon, such as its fascist dimension, are insufficient to account for the novel aspect of the phenomenon, marked by a deep structural relationship with the language of social networks. If in relation to his

1 Parte dos argumentos deste trabalho foram desenvolvidos a partir de duas entrevistas concedidas por mim ao Instituto Unisinos, em 2018. Oliveira (2018a e 2018b).

2 Departamento de Letras da Universidade de Pernambuco, campus Garanhuns: <acauam.oliveira@upe.br>.

authoritarian practices, with a military bias, the president's attitudes are unequivocally close to the previous authoritarian models, it is in the particularity of his performance that we can understand the contemporary appeal of his positions.

Keywords: bolsonarism, social networks, brazilian crude.

A PERFORMANCE VOS LIBERTARÁ

Fizemos uma campanha não diferente dos outros, mas como deveria ter sido feita. Afinal de contas, a nossa bandeira, o nosso *slogan*, eu fui buscar aquilo que muitos chamam de caixa de ferramenta para consertar o homem e a mulher, que é a Bíblia Sagrada. Fomos em João 8:32 “conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará”. [...] A verdade tem que começar a valer dentro dos lares, até o ponto mais alto que é a Presidência da República. O povo tem mais que o dever, tem o direito de saber o que acontece em seu país; graças a Deus, essa verdade o povo entendeu perfeitamente. Alguém que, sem um grande partido, sem Fundo Partidário, com grande parte da grande mídia o tempo todo criticando, colocando-me em uma situação muitas vezes próximo a uma situação vexatória sobre aquilo que falavam a meu respeito, e passou a acreditar na gente, e passou a ser sim integrante de um grande exército que sabia para onde o Brasil estava marchando e clamava por mudanças (BOLSONARO, 2019, [s.p.]).

A citação acima foi retirada dos trechos iniciais do primeiro pronunciamento feito por Jair Bolsonaro como presidente eleito. O discurso foi transmitido ao vivo pelas redes sociais, rompendo com a tradição protocolar que sugere difundir-lo por meio de uma coletiva de imprensa, o que constitui uma evidente provocação, dirigida contra órgãos oficiais da imprensa tradicional. Mas, para além de seu evidente caráter de afrontamento, a *live*³ de Bolsonaro revela-se inovadora em diversos sentidos. Pela primeira vez na história moderna do país um chefe de Estado utiliza um meio de comunicação tão eficaz e de acesso tão imediato a seu eleitorado, sem necessidade de passar pela mediação da grande imprensa, até então detentora do monopólio desses canais. Além disso, o próprio formato escolhido para a *performance* coloca dúvidas sobre o tipo de discurso apresentado: Afinal, tratando-se de uma *live* “despretensiosamente” gravada pelo presidente em sua própria casa, aparentemente distante de todos os protocolos mais tradicionais, deve-se ou não tomá-la como um ato oficial? Ou será que o primeiro pronunciamento “a valer” foi a coletiva de imprensa realizada dias depois em seu quintal, célebre por ter sido improvisada em cima de uma prancha

³ Transmissão ao vivo feita por meio das redes sociais de forma simples, despojada e ágil, geralmente sem limites de tempo de exibição ou de quantidade de espectadores.

de surf? (MARQUES, 2018). O simples fato de uma questão como essa parecer deslocada para lidar com o fenômeno (trata-se, enfim, de um ato público ou privado?) já indica que as fronteiras entre ser e parecer estão, nesse caso, deliberadamente borradas. Mais do que uma simples excentricidade de uma figura pública extravagante, tal ambiguidade aponta para um tipo novo de *performance* política, cujos efeitos cabe investigar.

O cenário construído pela *performance* nessa primeira *live* foi o mais despojado possível. Bolsonaro aparece ao lado de sua esposa Michele e de Ângela, intérprete de libras. Por sobre a mesa encontram-se alguns livros, além de um caderno. Apesar da novidade da forma, o conjunto não deixa de soar profundamente conservador, não apenas em relação a seu conteúdo, mas também no que diz respeito à *performance* geral. Bolsonaro apresenta gestos robóticos e esquemáticos, como alguém que claramente se sente mais à vontade no Twitter do que em aparições públicas –, o que não deixa de ser outro dado de contemporaneidade, posto ser uma atitude típica de jovens *haters* conservadores. Ao seu lado, a presença silenciosa da jovem esposa evoca o clima familiar tradicional, enquanto o discurso agradece a Deus e ataca os inimigos de praxe – a grande imprensa, a esquerda comunista, dentre outros.

Seu discurso – que segue a cartilha dos fundamentalistas neopentecostais em guerra santa – reforça a todo momento o compromisso com a verdade, baseado em um trecho bem conhecido da Bíblia (João 8:23) para a partir daí abrir-se a associações diversas. Dentre elas, a de que a “verdade divina” (particularmente aquela com a qual os fundamentalistas se identificam) deve chegar até a Presidência da República. Esta é associada também à campanha “honestá” feita sem a presença do Fundo Partidário (curiosamente sancionado pelo presidente pouco tempo após sua posse) e contra as manipulações da grande imprensa, defensora dos interesses dos poderosos contra os mais pobres. A mensagem geral é de *humildade*: Bolsonaro venceu contra todas as expectativas, sem a ajuda de nenhum grande aparato midiático, contando apenas com a vontade de Deus e o apoio de seu povo, que entendeu e aceitou a mensagem divina em seu coração.

O que se deve reter aqui, entretanto, para além de seu evidente teor de cinismo, é a forma como essa “lição de humildade” – mobilizada para reforçar o caráter excêntrico de sua candidatura, que remete ao embate entre Davi e Golias – é reforçada pelo despojamento do conjunto,

rigorosamente calculado em sua *performance* desprezível. A *forma*, *efetivamente desleixada, adequa-se calculadamente ao conteúdo da mensagem*. Tudo no vídeo parece organicamente estruturado, ainda que sem grande complexidade, como alguém que arruma a casa de última hora para um churrasco improvisado às pressas no fim do expediente. Como se estivéssemos diante de um grande “meme”,⁴ tudo é ao mesmo tempo exageradamente tosco e excessivamente significativo.

Não se trata de afirmar, contudo, o caráter de falsidade do desleixo, como se estivéssemos diante de uma simples encenação. Ao contrário, ele precisa ser “real” caso queira transmitir a necessária credibilidade. Trata-se aqui da mesma lógica dos *digital influencers* que postam seus momentos de maior intimidade no Instagram de forma não encenada, de modo a ampliar seu alcance enquanto artistas. Ou melhor, de forma a não ser possível distinguir o real da *performance* planejada. O cálculo não está na encenação da intimidade – o que seria imediatamente percebido pelos seguidores –, mas na subordinação desta ao horizonte de mercado, borrando as fronteiras entre público e privado. O mesmo se passa com Bolsonaro ao capitalizar seu despojamento e inaptidão para a vida pública, que são reais (basta analisar sua atuação pífia ao longo de vinte e sete anos de atividade no Congresso), a seu favor, para construir a imagem de político anti-*establishment*, que é sua principal arma de propaganda política. É precisamente a irrelevância de alguém que sempre esteve ali para, como se diz, “garantir o seu”, mas que nunca foi suficientemente competente para se destacar (não custa lembrar que o ex-militar tentou, sem sucesso, por três vezes presidir a Câmara dos Deputados), que é apropriada ideologicamente em seu discurso. Sua inexpressividade (“não sou capaz de fazer”) se converte em prova de perseguição (“não me deixam fazer”), e sua incompetência, em marca de alguém que nunca se deixou corromper pela política, embora tenha passado boa parte da vida dentro dela, de quebra abrindo espaço para uma parcela significativa de seus familiares.

Em suma, o “bolsonarismo” faz do “tosco” o método adequado de transmissão de seu conteúdo ideológico de guerrilha. Mas não se deve confundir a precariedade da forma com o conteúdo bastante sério de seu

4 Imagens, vídeos ou *gifs* de conteúdo imediatista, frequentemente de teor humorístico, com ampla capacidade de reprodução viral.

projeto, ainda que este funcione mais como fluxo horizontal descontínuo do que como planejamento verticalizado.⁵

METODOLOGIA “BOLSONARISTA” (I): A GUERRA CULTURAL

Um equívoco relativamente comum às diversas tentativas de compreensão do projeto bolsonarista consiste em interpretá-lo a partir de extremos: seja como um ditador fascista que tem como objetivo a destruição de nossa democracia – já plenamente consolidada, ainda que em “vertigem” –, seja como um bufão que funciona como mero brinquedo nas mãos dos verdadeiros donos do poder, que atuam pelas suas costas. Ambas as perspectivas têm suas razões de ser, mas não devem ser hipostasiadas, com o risco de se perderem elementos importantes para a compreensão da complexidade do fenômeno.

De fato, são notórios os traços fascistas que se sucedem continuamente nas declarações e atitudes do presidente. Contudo, não é de todo correto tomar o termo em seu sentido mais restritivo, como sinônimo

5 Acredito que o episódio que culminou no afastamento de Ricardo Alvim do cargo de secretário da cultura (em seu primeiro pronunciamento oficial, Alvim montou um cenário imitando descaradamente Goebbels – o conhecido político nazista) pode ser explicado também a partir de sua dimensão performática. De fato, pode-se dizer que esse *cosplay* do nazista parece bem mais com uma representação da forma como a esquerda traduz o bolsonarismo do que com a *performance* bolsonarista em si, fascista sim, mas de tipo novo. Alvim construiu um cenário *clean* demais, racionalista demais, calculado demais. Frases nazistas inteiras, estética “clássica”, Wagner de fundo, ópera como carro-chefe, tudo excessivamente programático para caber no imaginário tosco e muito mais dinâmico do bolsonarismo. Caso o mesmíssimo discurso, com Goebbels e tudo o mais, fosse improvisado em cima de uma prancha de *surf*, ou com um guarda-chuva de *fake news*, é possível que a ideia de “deslize não intencional” passasse maior credibilidade, justamente porque a *performance* bolsonarista simula permanentemente o equívoco e o caos, a partir dos quais todos os limites são testados e rearranjados a favor da ordem. A estratégia do governo passa por essa imagem de “autodesmoroamento”, tosco e desconstruído, em que tudo pode ser revertido a qualquer momento, posto que “nada” é planejado. Sendo assim, qualquer coisa pode ser dita: o que “colar” vai para a conta do mito, o que não “colar” é *fake*, excesso, “cortina de fumaça” etc. Palavras valem pelo que performam, não por seu conteúdo e, como tal, não podem ser julgadas a partir do parâmetro de verdade, mas apenas em termos de funcionalidade. Alvim, com a cabeça de dramaturgo de vanguarda (e, como tal, inevitavelmente apegado ao passado), pensou agradar ao chefe apegando-se à imagem conservadora construída a partir do horizonte imaginário de parte da esquerda sobre o fascismo miliciano. Além disso, dramaturgo experiente que é, apostou na adequação estética entre forma e conteúdo, quando, na verdade, a *performance* bolsonarista atua pela desagregação entre significante e significado, rearranjados ao sabor do “meme” da vez. Em suma, seu equívoco foi mais de forma do que de conteúdo.

de uma ordem política autoritária que se opõe ao plano da liberdade democrática. Nesse sentido é preciso levar a sério as obras escolhidas pelo ex-deputado para compor sua primeira *live* presidencial.⁶ *As Memórias da Segunda Guerra Mundial*, de Winston Churchill, funciona como um aceno ao militarismo mais liberal e, portanto, democrático, unindo truculência militar e princípios liberais; *O mínimo que você precisa saber para não ser um idiota*, do astrólogo Olavo de Carvalho, acena para o anti-intelectualismo virulento travestido de reflexão crítica, unindo liberais, *youtubers* e “terraplanistas”⁷ no combate a uma fantasmagórica ideologia comunista; a Bíblia Sagrada, que dialoga com o conservadorismo popular da base de seu eleitorado, bem como com a ala evangélica mais fundamentalista; e, por fim, a Constituição Brasileira, que o presidente fez questão de garantir que honraria a todo custo, fosse este qual fosse.

Não devemos enxergar na exposição espetacularizada dessas obras – sobretudo no que se refere à Constituição – apenas uma estratégia de manipulação, ou cortina de fumaça, como se Bolsonaro fingisse respeitar a democracia enquanto a destrói. Ainda que sem dúvida haja cinismo em suas ações, é preciso questionarmos se a democracia brasileira não é historicamente organizada da maneira como o bolsonarismo agora o revela de forma tão despuddorada. Quer dizer, não terá sido essa a maneira como o sistema político brasileiro se instituiu desde a Colônia, como uma democracia de baixa intensidade (tal como a define Paulo Arantes [2018]), cujas bases são fundamentalmente antidemocráticas? A classe dominante, por exemplo, nunca deixou de se comportar dessa maneira – partidos de centro esquerda aí inclusos. O que não significa dizer, evidentemente, que com o bolsonarismo não ocorram mudanças importantes para pior. Mas elas são muito mais de ordem quantitativa do que propriamente qualitativa. O fascismo de Bolsonaro, se é que podemos chamar assim seu tipo particular de autoritarismo de

6 Ao menos por enquanto, no momento deste artigo, pois o risco de ruptura democrática não pode ser descartado do horizonte, sobretudo quando algumas bases ideológicas importantes do bolsonarismo, como o “olavismo cultural” e o “lavajatismo de ocasião” afastam-se da figura do presidente, que se encontra cada vez mais acuado.

7 Comunidade formada por pessoas que defendem que a Terra não tem forma esférica, e sim plana. Esse movimento, de caráter fortemente anacrônico e anticientificista, tem obtido visibilidade cada vez maior em grupos formados nas redes sociais.

tendências tirânicas,⁸ é construído estritamente no interior da esfera legal, na mais perfeita “normalidade”, com eleições e divisão democrática de poderes. Tudo “como manda o figurino”, no interior de um sistema historicamente criado para funcionar de maneira irregular a partir de práticas necropolíticas de matriz colonial. Fascismo dentro da ordem, bem distante, nesse sentido, do golpe militar de 1964.

Por outro lado, ainda que a “zoeira”, a comédia de erros e o *bullying* façam parte de seu *modus operandi*, não é correto afirmar que Bolsonaro seja um mero fantoche sem projeto, a ser substituído por alguém mais adequado às exigências do mercado quando chegar a hora – mesmo porque o mercado não é de forma alguma avesso a autoritarismos e violências de toda ordem, muito pelo contrário. Por trás da aparência de caos e desnorteio existe sim um projeto de poder ultraconservador em curso, com aspectos mais ou menos evidentes, e que envolve diversos atores nacionais e estrangeiros em processo de articulação.

No campo mais explícito e declarado é notório o processo de aparelhamento ideológico à direita do campo da cultura e da educação, uma das principais plataformas ideológicas do bolsonarismo. Com a justificativa de combater o suposto “sistema de doutrinação comunista” que teria sido implantado em diversos órgãos, secretarias e ministérios, o presidente promove o aparelhamento de todo o sistema a toque de caixa. É nesse sentido que nomeia uma antifeminista declarada como ministra da Secretaria da Mulher e dos Direitos Humanos (CORDEIRO, 2019); um ministro da educação olavista, simpatizante do Escola sem Partido (BERTONI, 2019) e que demonstra baixos índices de competência em diversos requisitos; um secretário de cultura que cita Goebells e usa Wagner como trilha sonora em seus pronunciamentos (ALESSI, 2020); um diretor da Fundação Palmares que declara não existir racismo no Brasil e classifica o movimento negro como “escória maldita” (G1, 2019), dentre outras nomeações do mesmo porte. É evidente que nenhum deles foi indicado por questões puramente técnicas, mas sim com o objetivo de alimentar as redes sociais e replicar a *performance* bolsonarista pautada

8 A vantagem no uso do termo “fascismo” é reforçar o que há de barbárie e diferença em relação aos modelos políticos anteriores, voltados para o consenso democrático com tendências à inércia em favor dos poderosos; a desvantagem, contudo, é se perder o caráter de novidade desse tipo de fundamentalismo neoliberal estritamente contemporâneo, em nome de uma classificação mais ligeira e conceitualmente mais cômoda de se lidar.

em polêmicas criadas para intensificar a chamada “guerra cultural” contra a esquerda.

METODOLOGIA BOLSONARISTA (II): MUITA ZOEIRA E CONFUSÃO!

O que já deve ter ficado claro a essa altura é o grau de organicidade da *performance* bolsonarista que, ainda que tenha se consolidado a partir do antipetismo, mostra-se perfeitamente capaz de se sustentar com as próprias pernas. Ao contrário do que acreditavam alguns mais “otimistas”, o flerte de Bolsonaro com a perversidade debochada não foi apenas uma estratégia criada para vencer as eleições, estratégia esta que haveria de ser abandonada tão logo o presidente tivesse que se adequar aos protocolos institucionais de praxe. O “exército de robôs”,⁹ correntes e *fake news*¹⁰ que ajudaram a emplacar a vitória de Bolsonaro estão longe de ser apenas uma estratégia circunstancial, fazendo parte de um novo código de linguagem que atinge seu maior grau de organicidade no interior da extrema-direita, ainda que não se restrinja a ela. A despeito da aparência caótica e desleixada, há método e sentido em suas ações.

Bolsonaro canaliza a insatisfação popular e seu desejo por novas formas políticas ao construir uma imagem de zoeira, que assume o *bullying* enquanto *performance* política fundamental. Seus gestos e pronunciamentos não visam provocar reflexão – especialmente quando ele se dispõe a “explicar” o que quer que seja. Seu objetivo é pura e simplesmente silenciar e humilhar o adversário. A zoeira é uma categoria fundamental para compreender o fenômeno Bolsonaro e seu sucesso entre os mais jovens: o “mito” elegeu a trolagem como método, canalizando um processo construído ao longo dos anos no interior da direita antipetista. Nesse sentido, Olavo de Carvalho é o intelectual zoeiro, Reinaldo Azevedo (que é de direita, não custa lembrar), é o analista político *troll*,¹¹ Danilo

9 “Robôs”, ou “bots”, são termos utilizados no meio computacional para designar programas de computador criados para rodar pela Internet, realizando tarefas repetitivas e automatizadas, e que são frequentemente utilizados como estratégia de difusão em massa das chamadas *fake news*.

10 *Fake news*, ou notícias falsas, são uma forma de distribuição deliberada e sistemática de boatos via jornal impresso, televisão, rádio ou mídias sociais. As *fake news* vêm desempenhando um papel fundamental na consolidação do poder da extrema direita.

11 Gíria utilizada na *internet* para designar um sujeito cujo comportamento ou comentário desestabiliza uma discussão, no geral por meio de afirmações agressivas e, não raro, caluniosas.

Gentili é o humorista que faz *bullying*, Lobão é o crítico cultural e comentarista adepto da trolagem, Luiz Felipe Pondé é o “filósofo” zoeiro etc.

É preciso esclarecer, pois, que *Bolsonaro foi eleito não por seus projetos, ou por sua (in)capacidade política, mas pela performance troll que entrega, da qual seus pronunciamentos oficiais fazem parte*. No processo de *impeachment* da presidenta Dilma Roussef, vale lembrar, ele prestou homenagens ao general Carlos Alberto Brilhante Ustra (processado por crimes de tortura cometidos durante a ditadura, em particular contra a então presidenta), em uma atitude que chocou boa parte da opinião pública mundial. Em termos de seu projeto eleitoral, contudo, a declaração funcionou perfeitamente bem: seu gesto foi interpretado como mais uma prova de “autenticidade”, de alguém com coragem de enfrentar o sistema instituído e atirar a sujeira toda no ventilador.

Ao mobilizarmos aqui a categoria de zoeira, não estamos de forma alguma reduzindo a seriedade dos gestos de Bolsonaro a meras brincadeiras infantis inconsequentes. Não há nada de inocente em homenagear alguém acusado de praticar atos de tortura, ainda mais diante de uma provável vítima. Trata-se de perversidade em seu mais alto grau de canalhice, o que viria a ser posteriormente confirmado em todo seu potencial de destruição na maneira como o presidente decidiu lidar com a crise ocasionada pela pandemia da Covid-19, condenando milhares de brasileiros a morte. O objetivo aqui é reconhecer a especificidade de seu método, que consiste em colocar sua boçalidade, que poderia ser um ponto fraco, jogando a seu favor. O que interessa é precisamente desvendar a lógica que estrutura seu conjunto de afrontas. Bolsonaro é eleito por fazer da zoeira uma *performance* política, por sua capacidade de “fazer o circo pegar fogo” e “atirar a própria sujeira no ventilador”, como um *hater*¹² de internet que passou um pouco da idade. Nesse sentido, ele emerge como uma resposta reativa à crise que atinge o sistema político representativo. Reativa – pois não se trata de uma alternativa real ao estado de coisas –, mas de um apego mais radical ao próprio sintoma, sendo, portanto, essencialmente reacionária.

Segundo Moysés Pinto Neto (2018), os *haters* reacionários contemporâneos seriam herdeiros da perspectiva “contracultural” de transgressão da década de 1960, agora em chave invertida, voltando-se

12 Termo utilizado para classificar indivíduos ou grupos que publicam comentários de ódio em postagens ou perfis de terceiros, frequentemente de forma abusiva.

contra as pautas progressistas amplamente marcadas pelo “politicamente correto”, sentido como um conjunto retórico vazio. Em linhas gerais, pode-se dizer que o politicamente correto é um padrão discursivo que funciona como mecanismo de legitimação ideológica do modelo de “capitalismo inclusivo”, adotado sobretudo por cidadãos esclarecidos, brancos e de classe média, que assumem uma retórica multiculturalista de “aceitação das diferenças”, enquanto na prática se preocupam com a salvação de bancos em detrimento dos reais interesses populares. Amparados por essa lógica, o campo progressista de classe média utiliza-se do jargão politicamente correto, como forma de sentir-se moralmente superior e confortável ao substituir o termo “negro” por “afrodescendente”, por exemplo, enquanto na prática o acesso dos negros às universidades vai sendo progressivamente fechado. E, quanto maior a perda de oportunidades reais, mais o politicamente correto cobra por compensações imaginárias. *Ou seja, trata-se de um padrão discursivo que essencialmente fala para si mesmo, enquanto afirma transformar o mundo.* A cultura troll nada mais seria, pois, do que uma forma reacionária e cínica de se contrapor a essa hipocrisia essencial de caráter progressista.

Tendo-se consolidado a consciência de que o racismo e outras formas de violência simbólica são reprováveis e por isso não-enunciáveis *enquanto tais* na esfera pública, o discurso troll consegue capilaridade na medida em que se coloca como um *humor brutal*, jogando na zona de indecidibilidade entre o sério e o jocoso. Todas as figuras emblemáticas que se abastecem da economia das redes sociais e dos trolls já entenderam e jogam com essa zona gris. Eles conseguem canalizar a insatisfação popular pelo magnetismo da piada que, torcendo a ordem séria do discurso, diz o obsceno (PINTO NETO, 2018, p. 84).

A partir, pois, dessa inversão de valores bem fundamentada nas aparências, o troll pode aparecer como sendo aquele sujeito com “coragem” o suficiente para dizer – *apenas* no discurso (como elogiar torturadores, ou defender a eugenia) – aquilo que o politicamente correto afirma ser errado, de modo a deixar evidente o caráter frágil do posicionamento de esquerda nesse caso – progressista em aparência, mas de base idealista conservadora –, que pouco altera de substancial na realidade, funcionando boa parte das vezes somente em chave moralista. A zoeira cria, assim, um tipo de enunciado que coloca o progressismo politicamente correto em uma armadilha, pois, ao adotar certa indistinção entre piada e verdade, blinda o conteúdo de suas afirmações, por mais absurdas que sejam. Dessa forma, “a resposta mesma que corrige o erro cai no papel moral do superego numa era em que a perversão corre solta” (PINTO NETO,

2018, p. 89). Ao final do processo, os progressistas aparecem como meros defensores de uma moral hipócrita, frequentemente portanto marcas de classe (quando ligados ao campo intelectualizado), enquanto os *trolls* se apresentam como vítimas de censura e patrulhamento. Como, no limite, é de moralismo que se trata, o politicamente correto não consegue escapar da armadilha. Além disso, o reacionário que fala com estupidez ganha ar de inteligente, porque “desarma” o adversário, enquanto o “inteligente” passa por estúpido, porque “não entendeu a piada”. Assim, a zoeira funciona como um mecanismo retórico de guerra que desestabiliza com sucesso a exigência de transparência absoluta da linguagem, ingenuamente perseguida pelo politicamente correto. E, uma vez que o capitalismo global é claramente simpático a toda sorte de progressismos, desde que puramente retóricos, o *troll* reacionário pode aparecer como transgressor da ordem. É assim que uma figura perfeitamente integrada ao sistema político tradicional como Bolsonaro pode parecer um *outsider* ao defender o que há de pior no *status quo*.

MODELO POLÍTICO BOLSONARISTA: O ESTADO MILICIANO

Para além dessa face mais visível, de amplo apelo popular e que constitui boa parte da *performance* pública do bolsonarismo, este apresenta também um lado mais velado – ainda que nem tanto – e com efeitos estruturais ainda mais complexos e potencialmente perigosos. Um projeto de consolidação daquilo que os cientistas políticos André Rodrigues e André del Rio (2019) denominaram de “Estado miliciano”, uma nova forma de articulação do poder para a qual a crise¹³ que acompanhamos no Rio de Janeiro (nicho do clã Bolsonaro) serve de laboratório.

Segundo os autores, as milícias são “organizações criminosas que possuem estreito parentesco com os grupos de extermínio que atuam na Baixada Fluminense desde a primeira metade do século passado” (RODRIGUES; DEL RIO, 2019, [s.p.]), então formadas majoritariamente por Policiais Militares e outros agentes de segurança que atuavam como matadores de aluguel, recebendo carta branca dos generais da ditadura para realizar seu “trabalho sujo”. Aos poucos, elementos da sociedade civil

¹³ O Estado do Rio de Janeiro acumulou em 2019 uma dívida de mais de R\$ 118 bilhões com a União, aprofundando uma série de crises sociais e políticas, cujo aspecto mais evidente é a grande quantidade de governadores e ex-governadores presos, fato que se reflete diretamente no cotidiano da população, em particular da mais pobre.

passaram também a integrar as milícias e, com a abertura democrática, foram sendo eleitos para ocupar cargos políticos.

A base histórica da milícia consiste, pois, no empoderamento sistemático da banda mais podre e perversa da ditadura militar. Todo um conjunto de assassinos e torturadores do segundo escalão – mobilizados extraoficialmente para realizar todo tipo de trabalho escuso necessário à manutenção das desigualdades de praxe, e que aparentemente haviam sido derrotados ao longo do processo de democratização – emerge dos porões do regime militar para ser incorporado à vida social, numa semilegalidade que serve aos propósitos do poder, com penetração política cada vez maior. Nesse sentido, não seria exagero dizer que, com o bolsonarismo, os porões da ditadura ingressam com toda força no palácio do governo.

É importante, contudo, compreender que, assim como o bolsonarismo não é um fator político que emerge do nada no interior de uma democracia plenamente consolidada, tampouco a milícia surge como mera excrescência no interior de um sistema que preza pela distinção clara e absoluta entre polícia e marginalidade. Cabe recordar que a militarização da polícia e sua crescente função como máquina de guerra, extermínio e encarceramento é um projeto que foi sendo radicalizado ao longo de nosso processo democrático. Todos os grupos políticos no poder desde a redemocratização apostaram no fortalecimento desse aparato policial, inclusive sofreu um recrudescimento ao longo dos anos de gestão petista. Assim, as condições de fortalecimento da milícia, enquanto projeto de poder, foram construídas no interior do modelo de semidemocracia vigente, como uma espécie de realização máxima de seu projeto de transformação da vida ordinária em campo de guerra, borrando, na prática, a distinção entre legalidade e ilegalidade.¹⁴ Os principais elementos que definem esse modelo de organização são seu poder de matar (uma vez que os milicianos são criminosos que integram as próprias instituições de combate ao crime – como a polícia e o exército –, esse poder

¹⁴ “Se a mais recente incumbência desses paus para toda obra é a administração escolar, isso só foi possível e, mais que isso, aceitável, porque a distinção entre guerra e paz, que corresponde à distinção entre as funções da polícia e das forças armadas, há algum tempo deixou de ser visível a olho nu. Mais precisamente, na nascente da democracia, a passagem da ‘guerra conta a subversão’ para a ‘guerra contra o crime’, não uma relação causal ou, como já dito, residual, mas um encontro histórico não agendado, que adiante se há de esclarecer. Importa, por ora, atentar ao elemento alterado no *slogan* da emergência, a figuração do ‘inimigo interno’ que, mais que a mira, muda a trincheira: não a esfera política, mas a vida ordinária” (VIANA, 2019, p. 20).

se torna praticamente irrestrito), que confere vantagens estratégicas no mercado de bens e serviços por sua capacidade de eliminar literalmente a concorrência; seu vínculo direto com poderes políticos, aos moldes das atividades mafiosas (os milicianos, ao contrário dos integrantes do tráfico, conseguem eleger representantes políticos diretos);¹⁵ e sua narrativa de “manutenção da ordem”, que serve de justificativa para o monopólio legal e ilegal da violência. Como afirma o sociólogo José Cláudio Alves (2003), é um equívoco tratar a milícia como um poder paralelo, posto ser ela o próprio Estado. Atuando onde os sujeitos foram excluídos da condição de cidadãos, a milícia passa a organizar os serviços elementares (da coleta de lixo à distribuição de água e luz), legitimada por seus representantes que ocupam diretamente cargos políticos junto ao Legislativo e Executivo, e, no limite, até no Judiciário. A ideia de poder paralelo, portanto, não se sustenta aqui, uma vez que o miliciano é o próprio deputado, vereador, prefeito, governador. Eventualmente, até mesmo presidente.

Apesar de bem conhecidos os esforços revisionistas de Bolsonaro para transformar bandidos torturadores em heróis, pode-se dizer que as relações de sua família com a milícia são muito mais próximas do que uma mera afeição ideológica. Entre outras coisas, Flavio Bolsonaro empregou milicianos em seu gabinete – dentre eles, o suspeito de chefiar o “escritório do crime” (uma das maiores organizações milicianas do Rio de Janeiro), Adriano Magalhães, recém-assassinado na Bahia (fevereiro de 2020). Adriano, juntamente com outros milicianos, como Ronald Ferreira, chegou a ser homenageado com a Medalha Tiradentes, por indicação do próprio Flávio, que também empregou a mãe e a mulher do ex-policial. Essa aproximação orgânica da milícia com os mais elevados postos do poder executivo, legislativo e judiciário vem tomando proporções verdadeiramente alarmantes, posto que um projeto miliciano de proporções nacionais implica que aquele que o controlar poderá deter o monopólio legal e ilegal da violência, tudo no interior da mais perfeita normalidade democrática. Um sistema político miliciano plenamente consolidado é, portanto, praticamente intocável, posto não existir

15 “O poder das milícias ultrapassa a gestão de mercados e desemboca no acesso ao poder político. O controle territorial se converte em poder político. Uma área dominada por milícias também se torna um nicho eleitoral, ou um curral eleitoral, para retomar um conceito fundamental de um precedente histórico importante para que se compreendam as milícias. As áreas de milícias são também celeiro para a emergência de lideranças que alcançam posições para cargos eletivos e capital político importante para candidatos que pretendam beber dessa fonte de poder” (RODRIGUES; DEL RIO, 2019, [s.p.]).

nenhum órgão de controle fora de sua zona de atuação. Afinal – e aqui se trata de uma situação “meramente hipotética” –, talvez o próprio ministro da Justiça em pessoa acabe servindo de advogado particular do chefe do executivo.

A CRISE DA NOVA REPÚBLICA E A OPÇÃO PELO MAL MAIOR

A consolidação do bolsonarismo como sistema deve ser compreendida no interior de um quadro mais amplo de crise, que atinge os próprios fundamentos daquilo que compreendemos como regime democrático representativo. No caso propriamente brasileiro, estamos diante do que diversos analistas têm definido como o esgotamento do sistema de pactos da Nova República. De acordo com Marcos Nobre (2010), em seu sentido mais profundo, a Nova República foi uma espécie de grande acordo nacional forjado para garantir que setores em alguma medida ligados à ditadura continuassem a se beneficiar com a abertura política, aliando-se à massa fisiológica da política nacional. Condiționavam-se, assim, os avanços democráticos a padrões que beneficiassem as classes dominantes responsáveis pelo golpe militar de 1964 e seu modelo econômico. Em linhas gerais, seu princípio de atuação consistia em conduzir a política cada vez mais para o centro, de modo a conciliar os interesses particulares desses setores com a pressão das massas por maior participação política (pós-abertura), ao mesmo tempo em que mantinham o poder econômico e o controle social. Foi o que ocorreu, por exemplo, com o apoio de Antônio Carlos Magalhães e do PFL a Fernando Henrique Cardoso, e com o apoio de José Sarney a Lula, em um movimento de coalizão continuamente gerenciado pelo PMDB (NOBRE, 2010).

Nesse sentido, a partir dos anos 1990, portanto, o projeto político da esquerda brasileira (representado sobretudo pelo PT, à época o maior partido de esquerda da América Latina), volta suas preocupações para o campo da governabilidade, convertendo-se em um modelo gestor que progressivamente se desacostuma de fazer política – caso entendamos o termo no sentido de luta, embate e conflito com o campo do poder. Uma esquerda que, segundo o filósofo Paulo Arantes (2018), abandona a ideia clássica de política como conflito social canalizado em torno de algumas grandes expectativas para se aferrar à ideia de gestão, governo e administração, nos moldes impostos pela Nova República. Comprometida, portanto, com as estruturas do capitalismo neoliberal dependente.

Com a crise de 2008, o sistema neoliberal revela-se enfim inviável em todo o mundo, a despeito de seguir existindo por meio de suas crises permanentes e lógica suicida. No caso brasileiro, o sistema de ajustes do lulismo, ancorado em políticas de redistribuição de renda, na capitalização dos mais pobres e no respiro financeiro propiciado pelo *boom* das *comodities*, ajudariam a adiar a crise inevitável – com grande sucesso, diga-se de passagem. O jogo de “ganha-ganha” que forneceu as bases materiais do lulismo foi interrompido, sem que houvesse ocorrido uma consolidação das bases populares de uma esquerda associada ao *establishment*,¹⁶ a qual havia deixado de ser o grande repositório das esperanças de emancipação social para se converter em gerente de um projeto social de desagregação.

A partir de 2013, o conjunto de ajustes da Nova República seria implodido de ponta a ponta, com a política propriamente dita voltando a cobrar seu preço, por um lado totalmente inesperado – como não poderia deixar de ser, uma vez que o renascimento da política passa pela ruptura das coordenadas estabelecidas –, via uma extrema-direita que (fato novo) aprendeu a ocupar as ruas. O mais trágico para o campo progressista, nesse caso, é que a grande responsável por enterrar de vez o sistema de pactos da socialdemocracia – em grande medida, uma conquista da esquerda – foi a própria esquerda. De fato, foi ela quem progressivamente se converteu na grande fiadora do neoliberalismo. Em países como França, Espanha, Grécia, Alemanha e Brasil, foram esses governos que levaram a cabo as políticas de austeridade neoliberais. A esquerda aceitou ocupar o posto de mera gestora social dos projetos do mercado (na melhor das hipóteses de forma bem-intencionada, com o propósito de torná-los menos destrutivos), o que contribuiria para tornar sua posição política cada vez mais irrelevante, na medida em que o neoliberalismo foi se desvinculando do horizonte humanitário do liberalismo clássico. Esquerda e direita abraçaram-se fraternalmente rumo ao abismo (ou, na versão chantagista,

¹⁶ Isso a despeito das chances reais de sucesso eleitoral de Lula, principal nome do partido, que possivelmente venceria as eleições em 2018, caso não houvesse se tornado um preso político. Não se deve confundir o vínculo da população a Lula com um apoio ao projeto de poder petista. O que aconteceu foi que a esquerda “autorizou” o – ou foi coagida pelo – lulismo a centralizar o processo de mediação com as bases populares, cujo resultado foi a formação de um vínculo popular bastante real com Lula e uma progressiva ruptura dessas mesmas bases com projetos políticos de esquerda. Sintomático nesse sentido é o fato de que, a despeito do sucesso eleitoral de Lula, as manifestações a favor de sua liberdade tiveram baixa adesão popular.

rumo ao centro), comprometidas com a gestão do mesmo modelo de sociedade cada vez mais inviável.

A percepção geral era, pois, de que a esquerda institucional – incluindo aí a classe intelectual progressista – aliara-se ao capital financeiro para realizar o jogo do sistema, enquanto deixava o povo “a ver navios”. Moto contínuo, a extrema-direita captou a insatisfação popular e ofereceu alternativas antissistêmicas, ainda que reacionárias. Como argumenta o pesquisador Felipe Catalani (2019), a intelectualidade progressista, que durante anos definiu seus parâmetros de crítica à sociedade a partir das condições de existência dos mais pobres, passou a assumir uma posição reativa às reivindicações populares. De motor de transformação política, a insatisfação popular se tornou elemento a ser controlado, na base da violência, de preferência.

Foi dessa forma que a *intelligentsia* progressista se equivocou em praticamente todos os seus diagnósticos sociais nos últimos anos. Ao focar no próprio umbigo e confundir seus anseios com o desejo de uma população que lhe era cada vez mais alheia, a esquerda se enveredou em um modelo de adoração da própria imagem e pavor das ruas. O amplo apoio popular ao “populismo de direita” foi, assim, interpretado equivocadamente como uma reação de caráter fascista contra os “avanços morais” da vida, que estariam se definindo desde os anos 1990 (combate ao racismo, machismo, à homofobia etc.), rumo a uma sociedade mais justa que, entretanto, apenas ela conseguia ver a partir dos parâmetros distorcidos do politicamente correto.

Ou seja, invertendo os polos de ponta a ponta, a esquerda interpretou o sucesso do populismo de direita como uma espécie de regressão pré-democrática, e não como aquilo que efetivamente era: um avanço do neoliberalismo em direção a modelos empresariais cada vez mais antidemocráticos. Nesse sentido, ocorreu um conjunto curioso de inversões, em que os progressistas assumiram uma postura conservadora reativa de modo a evitar a “decadência” de valores democráticos que não mais existiam, enquanto a extrema-direita assumiu de vez o deboche, a zoeira e a negação performática de “tudo isso que está aí”.¹⁷ É nessa

17 “Dito isso, parece que ocorreu uma inversão: por um lado, os progressistas se voltam para o passado, querem evitar a ‘decadência’ dos valores democráticos, e assumem uma posição reativa (que era desde o século XIX a posição dos conservadores clássicos e dos teóricos da decadência). Por outro lado, os populistas de direita, isto é, os reacionários, se tornaram ‘progressistas’ no sentido de que querem acelerar o tempo e adiantar o futuro – mas por isso são apocalípticos. Apocalípticos porque *amigos do apocalipse*, porque eles não têm

chave que devem ser interpretados os gestos histriônicos e as declarações polêmicas de atores políticos fanfarrões, como Donald Trump e Jair Bolsonaro: longe de representarem um retorno a modelos autoritários e antidemocráticos, trata-se da realização mesma da democracia em sua face mais atual e despudorada.

O resultado desse estado de coisas foi um cenário de “terra arrasada”, complexo e contraditório, em que a população, movida a ódio e desconfiança (ancorada em uma percepção correta do caráter insustentável da realidade vigente), deliberadamente escolheu um candidato com o objetivo não de resolver os problemas, mas de agravá-los, movida por uma esperança negativa e vaga de que pelo menos alguma coisa aconteceria, nem que fosse atingir o nada absoluto.

Dessa forma, Bolsonaro foi eleito para nivelar por baixo todas as relações, deixando a situação ruim para todo mundo, o que está de pleno acordo com a ética do trabalho contemporânea, de concorrência irrestrita e desemprego estrutural. A lógica regulatória é a de perseguição não dos verdadeiramente privilegiados (que usaram as armas que tinham para vencer como “empreendedores”, nem que fosse por meio de saques, assassinatos e heranças imorais), mas daqueles que “não sofrem o suficiente” (bandidos, movimentos sociais, funcionários públicos etc.), tratados como vagabundos e marginais. Para esses, coube não mais a ideia de proteção social, entendida como privilégio abusivo em um contexto em que todo trabalho é tornado informal, e sim as formas comuns de eliminação: demissão, encarceramento, exílio, tortura, morte, genocídio. Sem um horizonte de emancipação pelo trabalho à vista, a ordem é a queima total. Com a precarização de todos os lastros do antigo modelo (não realizado) de sociedade do trabalho, em que a utopia de trabalhadores relativamente protegidos por um determinado conjunto de garantias desapareceu do horizonte, a reivindicação passou a ser não pela ampliação dos direitos, mas pela precarização do mínimo que restou, nivelando a disputa pelos ossos. Como afirma Sílvia Viana (2019, p. 26), dessa perspectiva, a antiga utopia de proteção social é substituída por um horizonte apocalíptico de autodestruição:

pudor em acelerar o processo de devastação do meio ambiente, em aniquilar pessoas (ou simplesmente deixar morrer, como no caso italiano em que impediram que um barco de refugiados atracasse) e em transformar a sociedade em uma guerra de todos contra todos em que sobrevive o mais armado – e isso não é nenhum ‘retorno à Idade Média’, é o próprio ápice do desenvolvimento capitalista, cuja verdade não é nenhuma versão democrática e luminosa de sociedade, mas sim esse grande Nada destrutivo” (CATALANI, 2019, [s.p.]).

Longe de uma contraposição aos círculos do inferno aos quais chamamos mundo, uma assimilação tal que já não suporta que sua verdade, a barbárie, seja esquivada pelos mecanismos de contenção concomitantemente armados. Dessa ótica, as políticas sociais compensatórias não são mais que uma trapaça na guerra de eliminação posta.

Quando a sociedade assume de cima a baixo que não há mesmo lugar para todos em uma ordem concorrencial entendida como guerra permanente, os mais pobres unem-se ao topo para exigir do Estado a eliminação da concorrência, isto é, aqueles ainda mais precarizados.¹⁸ Todos para o paredão, e “ao vencedor as batatas”.

O CARÁTER ANTIDEMOCRÁTICO DAS REDES E O COLAPSO DA ESFERA PÚBLICA

“Entretanto, o resultado mais sério da centralização da informação nos tempos de mídia social é ainda outro: estamos nos tornando muito menos poderosos em relação a governos e corporações.

A vigilância nos vai sendo imposta cada vez mais e parece que a única maneira de ficar longe desse vasto aparato é ir para uma caverna e dormir. Ser observado é algo a que teremos que nos acostumar em algum momento e, infelizmente, não tem nada a ver com o país em que residimos.

Ironicamente, os Estados que cooperam com o Facebook e o Twitter sabem muito mais sobre seus cidadãos do que aqueles, como o Irã, em que o governo controla a internet, mas não tem acesso legal às empresas de mídias sociais. O que é ainda mais assustador do que ser vigiado, no entanto, é ser controlado.

Quando o Facebook nos conhece melhor do que nossos pais com apenas 150 curtidas, e melhor que nossos parceiros com 300 curtidas, o mundo se torna muito previsível, tanto para os governos quanto para os negócios. E essa previsibilidade significa controle. [...] Às vezes penso que estou me tornando muito ranzinza com a idade e que talvez essa seja mesmo a evolução natural da tecnologia. Mas não dá para ignorar o que está acontecendo:

a perda da diversidade intelectual e tecnológica, e do grande potencial que poderiam ter em tempos tão turbulentos. No passado, a internet era poderosa e séria o suficiente para me levar à cadeia.

Hoje, ela não passa de uma ferramenta de entretenimento. Tanto é que o Irã nem considera algumas plataformas, como o Instagram, sérias o suficiente para que sejam alvo de bloqueio”

(Hossein Derakhshan)¹⁹

Hoje em dia, é de conhecimento relativamente amplo que as redes sociais não são instrumentos neutros criados por jovens gênios de boa índole única e exclusivamente para nos manter cada vez mais conectados a nossos interesses em um espaço de circulação livre e democrático.

¹⁸ “Recentemente, Bolsonaro cometeu um ato falho curioso: ele disse algo sobre ‘quantos aqui votaram em mim até eu sendo o *mais ruim*’, ao invés de ‘menos ruim’. Há uma verdade aí: em alguma medida, o voto no Bolsonaro foi uma recusa do ‘menos pior’, da chantagem de sempre. Ele foi uma aposta no pior. Para ver se ‘algo acontece’, como se podia escutar da boca de eleitores do Bolsonaro nas ruas em outubro, daqueles que sabiam que ele era o que ele de fato era” (CATALANI, 2019, [s.p.]).

¹⁹ Escritor, blogueiro e ativista da internet iraniano-canadense. Foi libertado da prisão de Evin, no Irã, depois de seis anos, em novembro de 2014.

Escândalos como o envolvimento do Facebook com a *Cambridge Analytica* em diversos esquemas de roubo de dados para promover crimes eleitorais (incluindo aqui Trump e Brexit), e documentários como *Privacidade hackeada* [The Great Hack] (2019) revelam como tais dispositivos funcionam como verdadeiras agências de vigilância e espionagem, vendendo dados pessoais de seus usuários sem conhecimento prévio, não apenas para empresas comerciais, mas também para diversos grupos políticos, tendo se mostrado fundamental como instrumento de ascensão da extrema-direita por todo o mundo.

De início, a internet surge no horizonte social como um espaço democrático de trocas horizontais, em que cabe ao sujeito controlar as leis de seu próprio universo particular. Perfeitamente adequada, pois, ao modelo descentralizado de organização social que tomava forma cada vez mais consistente no pós-Guerra Fria. Entretanto, em um curtíssimo período de tempo, tais ferramentas converteram-se em um conjunto de dispositivos verticalizados e centralizadores, com efeitos culturais e políticos absolutamente perversos. Dentre eles, um elaboradíssimo sistema de vigilância internacional de adesão espontânea.

A esse propósito, Bernardo Carvalho (2011) publicou, na revista *Piauí*, um texto que trata da defesa por parte dos grandes conglomerados da internet pela democratização dos conteúdos, o que implicaria a liberação (flexibilização, na retórica neoliberal) dos direitos autorais. De uma perspectiva liberal romantizada, trata-se de uma disputa pela liberdade de acesso, que garantiria ao público a possibilidade de contato com o trabalho de milhares de artistas e autores espalhados pelo Globo, gratuitamente, num processo irreversível de democratização do acesso aos bens culturais. Na prática, entretanto, o que se configura é um mecanismo de produção ilimitada e não remunerada de conteúdo para Mark Zuckerberg (proprietário do Facebook), em que o produtor não apenas não receberia nada pelo lucro que gera às redes sociais, como ainda teria que pagar pela utilização daquele espaço. Define-se, pois, uma lógica perversa em que o horizonte final da liberdade individual é o interesse das grandes corporações em detrimento do sujeito. Afinal, quem não está no Instagram, não existe.

Para o sul coreano Byung-Chul Han (2017), o modelo disciplinar foucaultiano composto por instituições coercivas, tais como hospitais, quartéis, prisões e escolas, foi substituído por um modelo pautado pelo desempenho e permeado por academias *fitness*, *shoppings* e laboratórios

de genética. Nesses espaços, o trabalho não seria mais caracterizado por técnicas coercitivas diretas em um espaço asséptico, cujo paradigma é a prisão. Na *sociedade do desempenho*, o ambiente de trabalho é “leve” e despojado, com máquina de café expresso, mesa de pingue-pongue e quadrinhos, quando não é simplesmente um não lugar criado pelo próprio empreendedor, que não se distingue em nada da sala de estar de sua própria casa. Nesse novo paradigma – que inverte a leitura freudiana do trabalho como castração –, trabalho é diversão. O problema é que essa aparente leveza funciona também em chave inversa – diversão é trabalho –, o que na prática leva os sujeitos a fazerem dos seus momentos de descanso também formas de mercantilização da vida. É o que acontece quando postamos vídeos de nosso cotidiano no Instagram, ou fazemos algum comentário sobre a última polêmica do BBB²⁰ no Twitter. De fato, estamos produzindo conteúdo livremente para essas empresas que, por não haver nos contratado, praticamente não possuem nenhum tipo de encargo ou responsabilidade trabalhista.

Assim, no reino da liberdade plena do trabalho na sociedade do desempenho, todos sem exceção estão trabalhando em tempo integral e são passíveis dos mesmos atributos de avaliação de desempenho, cujos critérios são sempre obscuros. Nesse sentido, os desempregados não são reconhecidos enquanto tal, mas como *empreendedores* pouco esforçados que, por conta disso, nada recebem. Nesse novo modelo – líquido, pós-moderno, pós-industrial, neoliberal agressivo –, todos estamos trabalhando, independentemente – ou não – de estarmos empregados. Afinal, qualquer um pode montar um canal no Youtube e alcançar a glória. E o fracasso é exclusivamente dele.

No limite, é a própria distinção entre esfera pública e espaço privado mercantilizado que se torna cada vez mais obscura. “A esfera pública pressupõe, entre outras coisas, um não olhar para a vida privada. A tomada de distância é constitutiva para o espaço público. Hoje, em contrapartida, domina uma total falta de distância, na qual a intimidade é exposta publicamente e o privado se torna público” (HAN, 2018, p. 12). A separação entre as duas esferas desaparece, abolindo-se a possibilidade de instituição de ambas. Ao mesmo tempo, contudo, as redes sociais fornecem a possibilidade de exibição pública e contínua de toda privacidade, na forma de espetáculo quantificável e passível de comercialização. O

20 Abreviação de Big Brother Brasil, versão brasileira de um *reality show* da televisão norte-americana.

anônimo das redes pode, por assim dizer, atuar publicamente de maneira privada, mesmo que a própria concepção de esfera pública tenha entrado em colapso, restituindo certa noção pervertida de espaço público, agora como *encenação virtualizada*.²¹

A linguagem das redes sociais prima pelo imediato, fazendo com que a ideia mesma de mediação e representação (de qualquer tipo, seja midiática ou política) seja vista como entrave ineficiente. Mais do que o reconhecimento do caráter manipulatório dos órgãos tradicionais, portanto, o que move a indignação atual contra o sistema representativo é a operacionalidade específica do mundo digital, que possibilita aos sujeitos se tornarem mais do que meros consumidores passivos de conteúdos produzidos por determinados órgãos centralizadores. O usuário do Facebook, Instagram, Twitter e afins produz conteúdo no exato momento em que consome as últimas novidades de seu aplicativo. O consumidor contemporâneo “empoderou-se” e exige participação horizontal também enquanto produtor, sem que essa atividade produtiva, entretanto, sirva de base para a formação de uma consciência coletiva (tal qual a aposta marxista), justamente porque a concepção de esfera pública desaparece do horizonte.

Ora, é possível dizer que o mesmo se passa em relação à ideia de representação política. “Eu sou meu eleitorado significa o fim dos políticos no sentido enfático, a saber, daquele político que se aferra à sua própria posição e que, em vez de ceder a seu eleitorado, os antecede com uma visão. O futuro enquanto tempo do político desaparece” (HAN, 2018, p. 39). O planejamento a longo prazo desaparece do horizonte, reduzindo a política à condição de polícia, um eterno produzir e apagar de incêndios que pouco pode contra o girar automático das relações econômicas. A eliminação da distância entre representante e representados não resulta em um campo comum de discussão em busca do melhor para a coletividade – posto que isso implicaria um momento de afastamento de si –, mas no impulso constante por mais vigilância em busca dos eventuais desvios das normas internas à própria bolha ao próprio conjunto de interesses particulares. Agir politicamente nesse caso não mais significa pensar modelos sociais de longa duração, que exigem uma reconfiguração gradual do tecido social, e sim responder

21 É nesse sentido também que o bolsonarismo pode governar publicamente, sem pudor, apenas para um terço da população (NOBRE, 2019). Ou seja, apenas para sua própria bolha.

o Twitter de forma eficiente e buscar por estratégias permanentes de “viralização”.²² Não por acaso, o corpo administrativo de Bolsonaro, ao menos em sua face mais visível, é escolhido em razão das exigências dessa dinâmica digital.

Podemos agora caracterizar de forma mais precisa outro aspecto da dimensão antipolítica do bolsonarismo, para além da já discutida crise da Nova República e do projeto de Estado miliciano. *A performance bolsonarista é também antipolítica por ser estruturada a partir da lógica digital contemporânea, cujo modo de funcionamento parte precisamente de mecanismos de corrosão do espaço público.* Da mesma forma que Bolsonaro, ao encarnar certa dimensão antipolítica, torna possível votar em um representante político quando a noção mesma de *representação* deixa de fazer sentido, as redes sociais criam uma nova concepção de espaço público, erigida a partir de um simulacro que permite aos sujeitos simular uma atuação pública, mesmo que a distância entre público e privado, fundamental para a existência de ambos os conceitos, tenha sido corroída. Ou seja, as redes sociais tornam possível que a regressão da esfera pública se consolide enquanto linguagem, isto é, que passe a existir de forma efetiva, possibilitando às pessoas vivenciarem discursivamente essa experiência, constituindo-se no interior desse contexto como sujeitos. Pois de fato ela estabelece um princípio comunicativo distinto dos mecanismos institucionais mais tradicionais.

Em sua face mais visível, o bolsonarismo consiste na radicalização dos aparatos ilegais de exceção, que tornam possível a desregulação econômica e social, fazendo a alegria de setores liberais, ancorada por uma linguagem precária que é a forma mesmo do universo digital em sua face mais popular, em especial as redes sociais. Ou seja, o que garante a universalização da precariedade das condições de trabalho em um contexto neoliberal radicalizado (Paulo Guedes – ministro da economia) são os já tradicionais mecanismos de violência e ilegalidade do Estado, atualizados na figura “heroica” do agora ex-ministro da Justiça Sérgio Moro, organizados discursivamente a partir da dinâmica estrutural do universo digital precarizado, base da contemporaneidade do bolsonarismo. É essa dinâmica que torna possível o desenvolvimento desse projeto no interior de uma lógica que se comunica diretamente com diversos núcleos descentralizados e em oposição algorítmica, a partir de ondas de

22 “Viralizar” é fazer com que algo seja compartilhado por um grande número de pessoas na internet.

indignação que se retroalimentam sem produzir um consenso contra a ordem, uma vez que estão todos ocupados demais com “cancelamentos” mútuos.

ESTÁ CHOVENDO *FAKE NEWS*!

O conjunto de polêmicas estruturadas em torno das chamadas *fake news* já devia ter deixado evidente o caráter despolitizador das redes sociais. Notícias compartilhadas nas redes têm menos a ver com a veracidade das informações do que com convicções pessoais prévias. Uma notícia falsa sobre Lula ou Bolsonaro é compartilhada não por que se acredita nela, ou porque alguém de fato se importa com sua veracidade. Ela interessa na medida em que projeta determinada imagem do sujeito para o mundo digital. Esse sujeito deseja que as pessoas o vejam como alguém que compartilha da indignação contra Lula ou contra Bolsonaro e que se posiciona a esse respeito. O cidadão com inclinações à esquerda e de costumes liberais, adepto do uso recreativo da maconha e que compartilha sem pudores, por exemplo, imagens de Aécio Neves fazendo uso de cocaína, não o faz necessariamente por ter algum posicionamento ético contrário às drogas, mas sim porque essa é uma excelente maneira de prejudicar a imagem pública do adversário político, ao mesmo tempo em que demarca um distanciamento ético que cai bem dentro do próprio círculo de afetos. O que está em jogo, portanto, é menos o compromisso com a verdade do que o gerenciamento da própria imagem. Nesse sentido, as mídias digitais são, mais do que outros meios, mídias de afeto.

A lógica das redes funciona sempre a partir do ego, inclusive ali onde aparentemente se abre espaço para a divergência. Mesmo as trocas reais de informação e diálogo que eventualmente ocorrem nesse espaço estão subordinadas a um mecanismo narcisista de centralização do eu, matriz do algoritmo. Nunca é demais lembrar que o algoritmo foi que tornou possível o bloqueio das possibilidades democráticas da internet (e a conseqüente concentração de recursos), transformando o que era da ordem da horizontalidade das trocas em um mecanismo de centralização, cujo horizonte final é a total adequação a um modelo reduzido de possibilidades mapeadas e vendidas por empresas que oferecem produtos feitos sob medida.

Daí a aparente ingenuidade (aparente porque ela de fato cumpre uma função importante em relação aos desejos) de quem compartilha

indignado, por exemplo, a última e previsível declaração homofóbica do presidente. Muito provavelmente, tal denúncia não surtirá efeito algum para além do próprio grupo de interesse: afinal, o que levaria uma pessoa a acreditar que tal declaração será interpretada negativamente por um eleitor que comemora todas as declarações de seu “mito”, em um dos países que mais mata LGBTs no mundo? Pela lógica, não seria exatamente o contrário? Não se trata absolutamente de propor silêncio diante das atrocidades proferidas por Bolsonaro, mas de reconhecer que a dinâmica das redes encontra maneiras perversas de tornar essas denúncias ineficazes e, de quebra, lucrar com a polêmica fomentada por seu próprio sistema de organização.

O “império Zuckerberg” segue definindo muitos dos modos contemporâneos de pensar\fazer política. As redes sociais foram fundamentais tanto para as manifestações de junho de 2013 (em especial o Facebook), quanto para a greve dos caminhoneiros em 2018 (sobretudo o Whatzapp), sem falar em diversas outras manifestações ao redor do globo, como o *Black Lives Matter*.²³ Estamos diante de uma linguagem que, sem sombra de dúvida, é capaz de gerar novos modos de vida e horizontes de expectativa.

Contudo, o risco que se corre ao subordinar práticas políticas à dinâmica das redes não pode ser ignorado. O objetivo último do político passa a ser a viralização, que se dá por meio da produção de escândalos contínuos de interesse transitório. O âmbito de atuação é o da imagem, pois seu horizonte é o meio virtual. O ideal político passa a se direcionar para a imagem e suas formas de regulação: modos de se portar, modos de dizer. Cartilhas destinadas ao próprio campo, tanto à direita quanto à esquerda. Como a lógica é alimentar para ganhar visibilidade e manter a máquina girando, a estratégia principal é a produção contínua de polêmicas e escrachos. O que a princípio parece um mero instrumento de organização horizontal é, de fato, seu oposto, a transformação da força política em instrumento de vigilância, manipulação.

O FASCISMO É UM MEME

Com relação ao debate político propriamente dito, a lógica subjacente aos algoritmos resulta nos piores efeitos possíveis. Nas discussões de

²³ Movimento em defesa da vida dos negros nos EUA, deflagrado pelo assassinado de um homem negro (George Floyd) por uma policial branco.

Facebook e WhatsApp impera o reducionismo, a falta de diálogo e a afirmação narcisista da própria bolha, com pouco espaço para trocas. Cada grupo procura em seus pares aquilo que lhe serve como reforço da própria imagem, gerando engajamento e *likes*, enquanto nega violentamente aquilo que no outro remete à alteridade irreduzível. Como tudo é narcisismo e autopromoção, a discordância é lida na chave do *dislike* e respondida em caixa alta para reforçar o mesmo conjunto de certezas inabaláveis, criadas pela última moda. Tais atitudes criam séquitos, confortam seguidores e estimulam a polêmica, sendo seu principal modo de atuação o patrulhamento, sobretudo moral. Nos piores casos, a política é rebaixada a definições de códigos de etiqueta e padrões de conduta. Não por acaso a era de descrença coletiva na política é também a era de fortalecimento das redes sociais – afinal, sua linguagem é profundamente antipolítica.

REFERÊNCIAS

- AB'SABER, Tales. Brasil, a ausência significativa política (uma comunicação). In: *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 187.
- ALESSI, Gil. Secretário da Cultura de Bolsonaro imita fala de nazista Goebbels e é demitido. *El País*, 17 jan. 2020. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/brasil/2020-01-17/secretario-da-cultura-de-bolsonaro-imita-discurso-de-nazista-goebbels-e-revolta-presidentes-da-camara-e-do-stf.html>>. Acesso em: 27 mar. 2020.
- ALVES, José Cláudio Souza. *Dos barões ao extermínio: uma história da violência na Baixada Fluminense*. Duque de Caxias-RJ: CAPPH-CLIO, 2003.
- APÓS DECISÃO da Justiça, governo suspende nomeação do presidente da Fundação Palmares. *G1*, 12 dez. 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/12/12/governo-suspende-nomeacoes-dos-presidentes-da-fundacao-palmares-e-iphanel.html>>. Acesso em: 27 mar. 2020.
- ARANTES, Paulo. Abriu-se a porteira da absoluta ingovernabilidade no Brasil. *Brasil de Fato*, 13 nov. 2018. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2018/11/13/abriu-se-a-porteira-da-absoluta-ingovernabilidade-no-brasil-diz-paulo-arantes>>. Acesso em: 27 mar. 2020.
- ARANTES, Paulo. *O novo tempo do mundo: e outros estudos sobre a era da emergência*. São Paulo: Boitempo, 2015.
- BERTONI, Estevão. Como o ministério da Educação tenta reciclar o Escola sem Partido. *Nexo*, 29 set. 2019. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/>>

expresso/2019/09/29/Como-o-Minist%C3%A9rio-da-Educa%C3%A7%C3%A3o-tenta-reciclar-o-Escola-sem-Partido>. Acesso em: 27 mar. 2020.

CARVALHO, Bernardo. Em defesa da obra. *Piauí* [on-line], ed. 62, nov. 2011.

CATALANI, Felipe. A decisão fascista e o mito da regressão. *Blog da Boitempo*. São Paulo, jul. 2019. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2019/07/23/a-decisao-fascista-e-o-mito-da-regressao-o-brasil-a-luz-do-mundo-e-vice-versa/>>. Acesso em: 27 mar. 2020.

CAVAIGNAC, Monica Duarte. Precarização do trabalho e operadores de *telemarketing*. *Perspectivas*, São Paulo, v. 39, jan./jun. 2011, pp. 47-74.

CORDEIRO, Felipe. Relembra as polêmicas da ministra Damares Alves. *Portal Terra*, 26 dez. 2019. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/noticias/brasil/cidades/relembra-as-polemicas-da-ministra-damares-alves,e39919c669fia41d9bdc48ec93b867c21a7urtnq.html>>. Acesso em: 27 mar. 2020.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo*. São Paulo: Boitempo, 2017.

FRASER, Nancy. Progressive Neoliberalism Versus Reactionary Populism: A Hobson's Choice. In: *The Great Regression*. [site]. Cambridge: Polity, 2017. Disponível em: <<http://www.thegreatregression.eu/progressive-neoliberalism-versus-reactionary-populism-a-hobsons-choice/>>. Acesso em: 27 mar. 2020.

GUILLUY, Christophe. *No Society. La fin de la classe moyenne occidentale*. Paris: Flammarion, 2018.

HAN, Byung-Chul. *Sociedade do cansaço*. Petrópolis: Vozes, 2017.

HAN, Byung-Chul. *No enxame: perspectivas do digital*. Petrópolis: Vozes, 2018.

MARQUES, Gilvan. Coletiva de Bolsonaro foi improvisada em cima de prancha de *bodyboard*. *UOL*, São Paulo, 1 jan. 2018. Disponível em: <<https://tvefamosos.uol.com.br/noticias/redacao/2018/11/01/coletiva-de-bolsonaro-foi-improvisada-em-cima-de-prancha-de-bodyboard.htm>>. Acesso em: 27 mar. 2020.

PINTO NETO, Moysés. Do populismo reacionário ao exterminismo: *yuppies, neggers e trolls*. *Revista Crise e Crítica*, v. 2, n. 2, nov. 2018, pp. 80-95.

NOBRE, Marcos. O fim da polarização. *Revista Piauí*, v. 51, 2010, pp. 133-149.

OLIVEIRA, Acauam. Barrar o caráter predatório automático do capitalismo, eis o desafio. *Cadernos IHU Ideias (Unisinos)*, v. 16, 2018a, pp. 1-56.

OLIVEIRA, Acauam. O cenário político desolador, a antipolítica das redes e a *performance* das candidaturas. [Entrevista concedida a] Patrícia Fachin. *Instituto Humanitas Unisinos*, out. 2018b.

ORTELADO, Pablo. Guerras culturais no Brasil. *Le monde diplomatique Brasil*, 1 dez. 2014. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/guerras-culturais-no-brasil/>>. Acesso em: 27 mar. 2020.

RANCIÈRE, Jacques. *O desentendimento*. São Paulo: Editora 34, 1996.

RODRIGUES, André; DEL RIO, Andrés. Estado miliciano: a consolidação da ideologia. *Le Monde Diplomatique Brasil*, 7 mai. 2019 [on-line]. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/estado-miliciano-a-consolidacao-da-ideologia/>>. Acesso em: 27 mar. 2020.

SAFATLE, Vladimir. *A esquerda que não teme dizer seu nome*. São Paulo: Três Estrelas, 2012.

SAFATLE, Vladimir. *Só mais um esforço*. São Paulo: Três Estrelas, 2017.

VIANA, Silvia. Acabou! *Argumentum*, v. 11, n. 2, 2019, pp. 17-30.

Recebido: 3/3/2020

Aceito: 17/5/2020

Publicado: 17/6/2020